

## **BREXIT - UNIÃO EUROPEIA: A IMIGRAÇÃO COMO UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA INTERNACIONAL**

### **BREXIT - EUROPEAN UNION: IMMIGRATION AS A MATTER OF INTERNATIONAL SECURITY**

**Natali Laise Zamboni Hoff<sup>1</sup>**

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política  
Universidade Federal do Paraná  
Curitiba – Paraná - Brasil

**Ronaldo Silva<sup>2</sup>**

Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana  
Foz do Iguaçu – Paraná - Brasil

**Boris Perius Zabolotsky<sup>3</sup>**

Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre – Rio Grande do Sul - Brasil

**Dafne Lavinias Soutto<sup>4</sup>**

Programa de Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana  
Foz do Iguaçu – Paraná - Brasil

**Resumo:** Este artigo trata da securitização da imigração enquanto processo de legitimação da saída do Reino Unido da União Europeia (UE). Propõe-se, por meio da abordagem multissetorial de segurança da Escola de Copenhague de Buzan (1983), analisar a relação existente entre a securitização da imigração no continente europeu face à construção da argumentação discursiva e ideacional da Campanha *Vote Leave* para o Brexit. A indagação condutora deste trabalho visa responder a relação entre a problemática migratória e o Brexit. Para tanto, a hipótese que direciona este estudo considera que os discursos dos grupos favoráveis à saída do Reino Unido da UE utilizaram o problema da imigração como questão de segurança social para legitimar o seu ponto de vista e angariar o apoio da população britânica. Para desenvolver a pesquisa, ponderou-se a análise de três seções analíticas, sucessivas e complementares: Na primeira, apresenta-se a problemática da imigração na União Europeia à luz de Buzan. Na segunda, discorre-se sobre o contexto socioeconômico do Reino Unido. E, na terceira, analisa-se a campanha *Vote Leave*, explorando a elaboração argumentativa do grupo como uma ferramenta legitimadora para a saída do Reino Unido do bloco Europeu.

**Palavras-chave:** Brexit. União Europeia. Imigração. Securitização.

---

<sup>1</sup> natali.hoff@gmail.com

<sup>2</sup> ronaldosilvars@hotmail.com

<sup>3</sup> boris\_pz21@hotmail.com

<sup>4</sup> afne.lavinias@gmail.com

**Abstract:** This article deals with the securitisation of immigration as a process to legitimise the United Kingdom's exit from European Union (EU). It is proposed, through the multi-sector security approach of Buzan's Copenhagen School (1983), to analyse the relationship between the securitisation of immigration in the European continent and the discursive and ideational construction of Brexit Vote to "Leave" Campaign. The conducting question of this research aims to answer the relationship between migratory problem and Brexit. Hence, the hypothesis that directs this study considers that the speeches about immigration, by groups favourable of Brexit, were used as a social security issue to legitimise their point of view and raise British population support. In order to develop the research, the analysis of three analytical, successive and complementary steps was considered: Firstly, the issue of immigration in the European Union is presented in the light of Buzan's theory. The second section deals with the UK's socio-economic context. And, the third section is based on the "Vote Leave" campaign, exploring the argumentative elaboration of the group as a legitimising tool for the United Kingdom to leave the European Bloc.

**Key-words:** Brexit. European Union. Immigration. Securitisation.

**Recebido:** 06/02/2017

**Aprovado:** 19/07/2017

### Considerações iniciais

Este artigo tem como objetivo analisar a relação existente entre a securitização da imigração no continente europeu e a construção da argumentação discursiva da Campanha *Vote Leave* para o *Brexit* (*Britain Exit*, expressão inglesa para se referir à saída do Reino Unido da União Europeia, votada no referendo de 13/06/2016, no qual, com 51,9% dos votos, o "sim" saiu vitorioso), observando como os defensores da saída do Reino Unido da União Europeia (UE) utilizaram o problema da imigração como uma questão de segurança societal para legitimar o seu ponto de vista e angariar o apoio da população britânica.

Saliente-se que *Vote Leave* é o nome dado a campanha feita em prol do voto pelo sim, referente a saída do Reino Unido da UE. O grupo *Vote Leave* foi criado em outubro de 2015 e baseou-se em uma campanha de entidades da sociedade civil e de vários partidos britânicos que incluíam alguns parlamentares dos *Conservative Party*, *Labour Party*, e UKIP, favoráveis a saída do país do bloco regional.

O trabalho se ampara na abordagem multissetorial de segurança da Escola de Copenhague, uma vez que o problema das migrações se relaciona com a segurança política, societal e econômica, podendo ser securitizado e entendido como uma prioridade securitária. A Escola de Copenhague reúne os trabalhos de vários intelectuais que fizeram parte inicialmente do *Centre for Peace and Conflict Research*, fundado no ano de 1985 na Universidade de Copenhague, atualmente denominado *Conflict and Peace Research Institute* (COPRI). Dentre os nomes mais significativos da escola, podem-se destacar Ole Waever, que

integrou o projeto desde o seu princípio, e Barry Buzan, tendo este último ingressado a partir do ano 1988. Dentre as contribuições mais significativas da Escola para a segurança internacional, podem-se destacar a teoria da securitização, as novas unidades de análise, a abordagem multissetorial da segurança e os complexos regionais de segurança.

Para tanto, o presente artigo está dividido em cinco seções, iniciando a partir de uma breve consideração introdutória a respeito da narrativa sobre as migrações e seus impactos e transformações na história vigente.

A segunda seção traz à luz a questão da imigração na UE, explorando a teoria setorial de Buzan (1998), para compreender como a imigração passou a compor a agenda securitária do bloco. A terceira seção versará sobre como a imigração é tratada dentro do Reino Unido de modo que se possa entender a problemática existente para a conflagração do referendo em junho de 2016. Já a quarta seção analisa os discursos e as narrativas presentes na campanha *Vote Leave*, explorando como a imigração foi utilizada como um problema de segurança para legitimar a saída do Reino Unido da UE. Por fim, apresentam-se as considerações finais, elucidando a problemática apresentada às suas contradições.

Posto que compreender os processos de migrações e seus impactos e transformações implica trazer à luz algumas considerações de fatos e eventos que marcam a construção narrativa dos povos desde os seus primórdios enquanto humanidade à história vigente, sendo que, inicialmente, esses movimentos migratórios estavam confinados e delimitados por restrições geológicas e naturais e, na atualidade, assumem um caráter global. Esses movimentos, em um primeiro momento, são espontâneos e desregrados, mas com o avançar dos séculos e das capacidades técnicas e de transportes, passam a se alargar para novos espaços políticos e socialmente constituídos, demandando maior regulação das localidades de destino, uma vez que os fluxos migratórios passam a ter um peso importante na conformação econômica, social e securitária das nações de acolhimento.

Neste sentido, os fluxos migratórios se alimentam por si próprios e possuem dinâmicas espontânea, advindas tanto da atração exercida pelo país de destino no imigrante, como de repulsão do país de origem, seja por questões econômicas, humanitárias, políticas, sociais ou religiosas. Assim, os fluxos de migração apresentam uma tendência a sua própria perpetuação e medidas de prevenção com cunho securitário nem sempre logram solucionar o problema (PAPADEMETRIOU, 2006).

É importante ressaltar que as “migrações contribuem para o desenvolvimento econômico dos países de origem (envio de remessas) e de destino (mão-de-obra barata e/ou especializada) e para o equilíbrio demográfico e enriquecimento social (maior diversidade

cultural) dos países de acolhimento” (FERREIRA, 2010, p.1). Outrossim, também podem ter impactos negativos para os países de origem e gerar receios quanto às suas consequências econômicas, políticas e, sobretudo, a partir dos Atentados de 11 de Setembro, securitárias nos países de destino. Desse modo, observa-se um deslocamento na abordagem da imigração pelos Estados, antes entendida como um assunto interno e, atualmente, passando a ser considerada como uma temática da política internacional (FERREIRA, 2010, p. 1-2).

Ao longo da história, a Europa sempre foi uma localidade de origem de ondas migratórias. Porém, nos últimos anos, devido ao alto grau de desenvolvimento econômico e social, o continente europeu tem passado pela inversão desse processo e recebido grandes fluxos migratórios. A integração do continente foi muito importante para a inversão desse processo, salientando que as nações presentes na Comunidade Europeia foram criadas com o objetivo de reerguer e fortalecer uma região devastada pela Segunda Guerra Mundial (1939-45). Historicamente, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) foi criada em 1951, integrada por França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, e ampliada em 1957 para a Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM) e a Comunidade Econômica Europeia (CEE), que entraram em vigor no ano seguinte. Com a institucionalização da União Europeia, em 1992, a CEE e a EURATOM (a CECA foi extinta em 2002) se uniram sob o nome de Comunidade Europeia.

Por meio da integração energética e de infraestrutura, buscava-se estabelecer a economia regional de modo a ganhar espaço em um cenário internacional dominado por Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS). Assim, no início dos anos 1950, os imigrantes eram fundamentais para o restabelecimento da Europa na economia mundial, havendo a promoção de incentivos à imigração por meio de programas temporários de trabalho (VELASCO, 2011, p. 52).

Nas décadas seguintes, com a reconstrução do continente e os custos para a manutenção do Estado de Bem Estar Social, os países deixaram de renovar esses contratos. Mesmo com o fim desses incentivos e do interesse dos países europeus na permanência dos imigrantes em seus territórios, muitos indivíduos optaram por continuar no continente, uma vez que já haviam se estabelecido na localidade, criando, em muitos desses Estados, no fim do século XX, sociedades multiculturais. Porém, em virtude do isolamento político e até de certos índices de xenofobia e conservadorismo, a maioria desses indivíduos permaneceram na condição de “imigrantes” e corpos de trabalho não qualificados, caracterizando-se como elementos externos a cultura local. (VELASCO, 2011, p.54).

Na década de 1980 são criados regulamentos na Europa para o controle migratório com tons mais restritivos, havendo um “gradual crescimento de uma política de insegurança da qual os imigrantes, que nesse momento fincavam raízes na Europa, passaram a ser um dos principais alvos” (VELASCO, 2011, p. 54). Já havia uma estreita vinculação entre a necessidade do controle da migração e da garantia da segurança da sociedade europeia, ressaltando a justaposição entre o terrorismo e a imigração nos tratados e resoluções da UE. A lógica dominante era o estabelecimento da livre circulação de pessoas oriundas da comunidade, mas manter um controle rígido sobre as fronteiras com terceiros. Contudo, nos assuntos referentes à imigração, assim como em tantas outras temáticas, havia o atrito entre as possibilidades de concessões estatais ao conjunto e a manutenção da soberania da unidade.

Há uma reorientação nas políticas de imigração na UE, em 2004, passando do Programa Tampere para o Programa de Haia, substituindo o foco nos direitos humanos por uma orientação para equilíbrio entre segurança e liberdade. A cúpula de Tampere, realizada em 1999 na cidade finlandesa de Tampere, foi a primeira dedicada exclusivamente a questões de justiça e assuntos internos. O Programa de Tampere elaborado previa a criação de uma política comum ao bloco sobre as imigrações, um sistema único de direito de refúgio, o desenvolvimento de uma área de justiça europeia e ainda uma zona judiciária europeia. (CONSEJO EUROPEO (1999): Conclusiones de la Presidencia. Consejo Europeo de Tampere, 15 y 16 de octubre de 1999.)

Em primeiro, o Programa Tampere se preocupa em tratar da inclusão e da proteção dos imigrantes, ainda que não seja central, salientando que os atentados de 11 de Setembro nos EUA foi o evento político que propiciou o reforço nas medidas securitárias no continente, que já estavam em curso. Já no ano de 2007, com a intensificação de medidas restritivas, configura-se o Tratado de Lisboa, que estabelecia que Estados candidatos para serem aceitos na UE deveriam adotar políticas nacionais de segurança, manter alto controle de suas fronteiras e possuir sistemas de vigilância e informações internos (VELASCO, 2011, p. 60-61).

Em segundo, o programa de Haia, adotado pelo Conselho Europeu, em 2004, enumerava dez prioridades da União, com o objetivo de reforçar o espaço de liberdade, de justiça e de segurança no bloco, sendo as prioridades definidas como: Reforçar os direitos fundamentais e a cidadania, lutar contra o terrorismo, definir uma abordagem equilibrada sobre a imigração, desenvolver uma gestão integrada das fronteiras externas da UE, instaurar um procedimento comum em matéria de refúgio, maximizar o impacto positivo da imigração, procurar por um equilíbrio entre a preservação da vida privada e o compartilhamento de

informações sensíveis, elaborar um conceito estratégico para a criminalidade organizada, garantir um verdadeiro espaço de justiça europeu e partilhar responsabilidades e solidariedade. (EUR-LEX: *Access to European Union law*, Programa de Haia: 10 prioridades para os próximos cinco anos, 2004).

Essas modificações fortalecem o enquadramento da imigração como um problema de segurança. Desse modo,

[a] tentativa de “derrotar” a imigração ilegal exclusivamente por meio de respostas de tipo securitário constitui provavelmente o domínio de atuação política em que se busca a retórica da perfeição, mas tem conduzido a becos sem saída em termos políticos e de governança. Esta conclusão é válida mesmo nos casos em que essas respostas são abrangentes e coordenadas e em que incluem controles fronteiriços mais rigorosos, um policiamento mais intrusivo no interior do país e esforços continuados para reduzir o número de requerentes de asilo, tanto através da criação de restrições adicionais à candidatura a asilo como através da imposição de critérios mais apertados de concessão do estatuto de refugiado (PAPADEMETRIOU, 2008, p. XLVI).

Conforme observado anteriormente, a imigração para a Europa nos anos 1950 e 1960 era composta principalmente por fluxos de trabalhadores e baseada nas relações pós-coloniais, portanto, vista como necessária para o desenvolvimento do continente no pós-guerra. Já a imigração na atualidade é em sua maioria indesejada, tendo sido desencadeada por conflitos militares, guerras civis e processos rápidos de transformações econômicas e culturais nos países menos desenvolvidos (ALBRECHT, 2002, p. 5-6).

O controle da imigração é entendido como uma forma de controlar a criminalidade e fomentar a criação de condições sociais estáveis. Assim, a relação entre segurança e imigração é resultante do processo de globalização na economia e do encolhimento do primeiro mercado de trabalho. Como consequência pode-se observar o fortalecimento do sentimento de insegurança, da segregação, da perda da solidariedade e no fato de que respostas violentas ao imigrante são cada vez mais comuns. Com esses processos, a visão de imigração e atitudes em relação aos imigrantes (e minorias étnicas) muda e muda o papel dos imigrantes nesse processo (ALBRECHT, 2002, p. 7).

Neste contexto, nota-se que as migrações já estão sendo encaradas como um problema de segurança pelo Bloco. O Terrorismo corrobora com essa tendência, uma vez que no século XXI passa a ter relação com grupos transnacionais, como a Al-Qaeda, enaltecendo, que mesmo que não seja inédito nas relações internacionais, para a sociedade europeia este era um problema novo, facilmente associado às migrações que exigia respostas e medidas preventivas, pois além dos Atentados de 11 de Setembro de 2001, em Nova York, ainda há os

Atentados de Madrid, em março de 2004 e, posteriormente, o Ataque a Londres, em 7 de julho de 2005. Estes eventos foram cruciais para o aumento da securitização da imigração, sobretudo relacionado aos povos de origem árabe, já que se especulava que esses ataques estavam relacionados com grupos terroristas de origem islâmica.

### **1. Imigração e Segurança na União Europeia: Uma abordagem multissetorial**

As considerações apresentadas acerca da narrativa histórica que elucidam a construção e o desenvolvimento dos processos de migrações, permitem trazer à luz indagações diante de uma relação dúbia entre imigração e segurança que pode ser compreendida por meio da abordagem multissetorial de Buzan (1983).

Buzan defende o estabelecimento da natureza das ameaças e as vulnerabilidades dos objetos referenciais, estando ambas estreitamente relacionadas e a insegurança dos atores refletindo uma combinação entre elas. O autor enfatiza que a natureza das ameaças é de difícil definição e deveriam ser delimitadas de acordo com o setor ao qual estão inseridas, quais sejam: setores militar, econômico, político, societal e ambiental. Cada uma dessas esferas possuem dinâmicas e problemáticas específicas e devem ser analisadas de acordo com o seu contexto particular. No entanto, mesmo assumindo a existência de ameaças que estão fora da âmbito militar, para o autor, o Estado ainda era o ator central nesses processos (BUZAN, 1983, p.73-82).

Ao se analisar a relação migração-segurança, não se considera apenas a segurança do Estado, mas também da sociedade e dos vários grupos que a compõem, assim, a imigração como questão securitária, pode ser enquadrada dentro do setor societal.

A segurança societal pode ser definida como “a capacidade de uma sociedade persistir com seu caráter essencial sob condições cambiantes e ameaças possíveis ou reais” (BUZAN; HANSEN 2012, p.322). Esta diz respeito a sobrevivência identitária dos atores, em que qualquer ameaça, seja de caráter ideológico, étnico, religioso ou civilizacional, é tratada como uma questão securitária. Não obstante, Buzan (1983) se ateve a uma concepção setorial sobre a segurança, na qual defendia o estabelecimento da natureza do tipo de ameaças e das vulnerabilidades de cada objeto de referência, estando ambas estreitamente relacionadas a insegurança dos atores. O autor enfatiza que a natureza das ameaças é de difícil definição e deveriam ser delimitadas de acordo com o setor no qual estão inseridas. Os setores descritos são: militar, econômico, político, societal e ambiental. Cada uma dessas esferas apresenta dinâmicas e problemáticas específicas, que devem ser analisadas de acordo com o seu contexto particular (BUZAN, 1983, p.73-82).

A segurança está sempre relacionada à sobrevivência e a securitização consiste no processo pelo qual uma questão é apresentada enquanto uma ameaça existencial a determinado objeto de referência. A natureza especial e emergencial de uma ameaça acaba por legitimar a utilização de medidas extraordinárias para a resolução do problema, ressaltando que uma ameaça existencial sómente pode ser compreendida em relação às particularidades e às necessidades do objeto de referência e do setor no qual está inserida. Em termos militares, foi convencendo-se que todas as questões dentro da área são ameaças; na esfera política, as ameaças costumam estar associadas à soberania da unidade ou à continuidade de um regime ideológico; no setor econômico, as problemáticas não são tão claras e geralmente correspondem à sobrevivência de mercados e ao acesso/proteção de recursos; o campo ambiental tende a convergir para temas dos mais variados, podendo ir desde a manutenção de ecossistemas a de espécies isoladas; e, por fim, o âmbito societal se relaciona às identidades coletivas e sua conservação em situações cambiantes (WAEVER *et al*, 1998, p.21-2).

Desde modo, pode-se entender que a imigração na Europa, principalmente quando aos povos oriundos de países africanos e do Oriente Médio, por possuírem traços culturais destoantes dos europeus, são encarados e representados como ameaças às culturas e às convenções sociais da sociedade europeia, havendo uma crescente securitização e problematização da imigração no continente. Waever *et al* (1998) dizem que segurança está sempre relacionada à sobrevivência e, a securitização consiste no processo pelo qual uma questão é apresentada enquanto uma ameaça existencial a determinado objeto de referência. A natureza especial e emergencial de uma ameaça acaba por legitimar a utilização de medidas extraordinárias para a resolução do problema, ressaltando que uma ameaça existencial somente pode ser compreendida em relação às particularidades e às necessidades do objeto de referência e do setor ao qual está inserida. Avançando em sua análise, Waever *et al* (1998, p. 23) afirmam que a “segurança é o movimento que leva a política para além das regras estabelecidas do jogo e enquadra o problema como um tipo especial de política”. Assim, a securitização seria uma forma extrema da politização, concedendo caráter emergencial às temáticas securitizadas e legitimando medidas extraordinárias como resposta ao problema.

Neste sentido, o problema da imigração no contexto europeu transcende a preocupação com a soberania Estatal, versando sobre a liberdade e a manutenção das características de suas sociedades marcadamente ocidentais. Há uma fusão entre as esferas



políticas e sociais, caracterizando a imigração como um problema de segurança política, societal e econômica, dentro das categorias de Buzan (1983).

A imigração como assunto de segurança costuma ser analisada principalmente a partir dos setores societais e políticos, contudo, devido à grande ênfase concedida aos impactos econômicos da imigração no Reino Unido e a ameaça que esta representa para a sociedade britânica, podendo ocupar as vagas de trabalho dos nacionais e utilizar os recursos a eles destinados, os autores entendem, neste trabalho, que a imigração enquanto ameaça e combustível para a promoção de medidas extremas no Reino Unido, como a opção pela saída do país da UE, deve ser analisada por meio de uma fusão entre os setores societais, políticos e econômicos.

O problema da imigração atrelada ao terrorismo se agrava a partir da crise dos refugiados sírios no ano de 2015, aprofundando a complexidade da temática. Como ressalta Waever, a segurança societal está ameaçada quando a identidade do “nós” também está (WAEVER *et al.*, 1993, p.42). Contudo, tendo em conta o caráter subjetivo dos processos de securitização, bem como as diferenças apresentadas por cada Estado e cada sociedade na absorção e na integração cultural, social e econômica do imigrante, a delimitação do momento no qual a imigração é convertida em ameaça nem sempre é clara (WAEVER *et al.*, 1993, p. 45).

Geralmente a imigração se torna uma ameaça quando há uma relação conflituosa entre a cultura do país de acolhimento e dos imigrantes, podendo ampliar-se quando há a resistência dos imigrantes à assimilação, ressaltando que a assimilação do imigrante versa sobre uma integração positiva entre ele e a sociedade na qual está inserido, não demandando a destruição da identidade cultural do imigrante. Todavia, ao se deparar com identidades mutuamente excludentes, deve-se analisar com cuidado, uma vez que são uma fonte de ameaça em potencial (WAEVER *et al.*, 1993, p. 44-5). Buzan afirma que a sociedade pode responder a essas ameaçadas de duas maneiras, sendo que, na primeira, se configuram as atividades realizadas pelas comunidades imigrantes e, na segunda, observa-se uma categorização da ameaça como assunto de segurança política. Não obstante, na primeira ameaça poderia observar a criação de governos próprios, enquanto que, na segunda, demanda-se uma resposta por parte do Estado, via legislação específica e controle fronteiriço (BUZAN *et al.*, 1998, p.122).

À luz das considerações apresentadas por uma abordagem de imigração e segurança na União Europeia diante uma abordagem multissetorial, analisar-se-á, na próxima seção, a partir de um resgate do contexto socioeconômico do Reino Unido, como a imigração foi

tratada neste Estado, e em seu setor societal, conflagrado aos impactos no setor político, via referendo sobre a permanência do país na União Europeia.

## **2. O contexto socioeconômico do Reino Unido: a imigração como um problema?**

Compreender o contexto geral político, econômico e social do Reino Unido em momentos precedentes e concomitantes à popularização dos questionamentos sobre a sua permanência ou saída da UE diante de uma abordagem multissetorial de segurança, permite examinar como a problemática das migrações foi absorvida pelo consenso popular e refletida no resultado do referendo de junho de 2016.

Os pontos de descontentamento presentes na sociedade britânica diante do desconforto da saída do Reino Unido da UE, revela problemas estruturais político-econômicos e sociais da formação estatal alicerçada em sua raiz diante um modelo econômico liberal adotado nas últimas décadas.

Nos anos de 1970, uma crise de inflação e de desemprego, ligada às crises do petróleo de 1973 e 1979, assolaram a Europa (grande importadora de hidrocarbonetos). A ideia de que o *keynesianismo* (teoria econômica liberal que apontava para a centralidade do Estado para o bem-estar social e apontava, principalmente, para a necessidade de garantia de empregos para a população) havia falhado era crescente e o apelo à uma diminuição da atuação dos Estados na economia e esfera social se alastrou. Testado em uma economia destruída e uma sociedade dizimada, o neoliberalismo se mostrou, em suas fases iniciais no Chile, positivo à economia (HARVEY, 2005). Em algumas décadas, com algumas especificidades, o modelo neoliberal ganhou força, associando a liberdade e a completude civis à liberdade de consumo e enxugando o maquinário estatal.

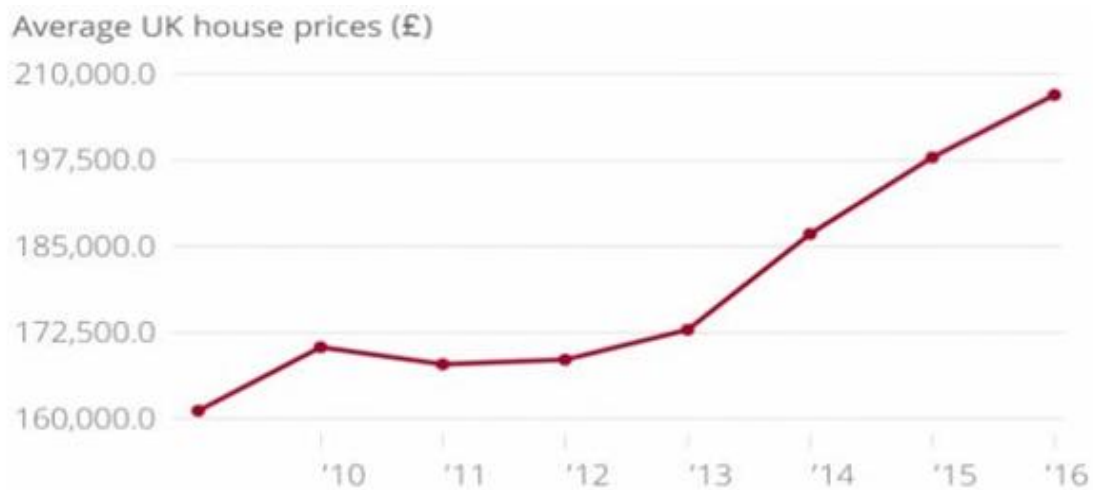
Sucedendo a Gordon Brown e Tony Blair, do Partido Trabalhista, David Cameron, do Partido Conservador, era primeiro-ministro desde 2010. Ainda que menos rígido que os seus antecessores de partido, como Margaret Thatcher e Sir John Major, o ex-primeiro-ministro não pode manter seu discurso de aparição de mídia, de um liberalismo ligado ao amparo social. As crises políticas de seu próprio partido e as crises sociais deflagradas pelo abandono gradual das políticas sociais, foram o que levou Cameron, em meados de 2000, a interpretar que o - já pouco - amparo social 'ofertado' pelo Reino Unido seria um chamariz à imigração, ao mesmo tempo em que apontava a imigração como deflagradora da piora da qualidade de vida da sociedade britânica (WHEELER, 2016).

Respalado por grande parte da mídia, que sustentava um discurso similar e pelo seu partido, o raciocínio pré-eleitoral do primeiro-ministro acabou invertendo a lógica de

percepção da problemática da escassez inerente ao estado mínimo. Cameron anunciou em campanha uma 'nova' e conhecida maneira de lidar com a recém criada problemática da imigração: Cortar gastos estatais com segurança social.

Na tentativa de compreensão da situação social do Reino Unido quanto à votação do plebiscito sobre a permanência ou separação da UE, trar-se-ão aqui alguns dados trabalhados por Peter Yeung no *'The Independent'* de 12 de julho de 2016. O autor propõe analisar o legado do ex-primeiro-ministro em alguns pontos. No que diz respeito ao valor das moradias, por exemplo, observa-se um acréscimo de 28% entre 2009 e 2016, com valores que variaram de 161,148 a 206,953 libras esterlinas, como exemplificado no Gráfico 1:

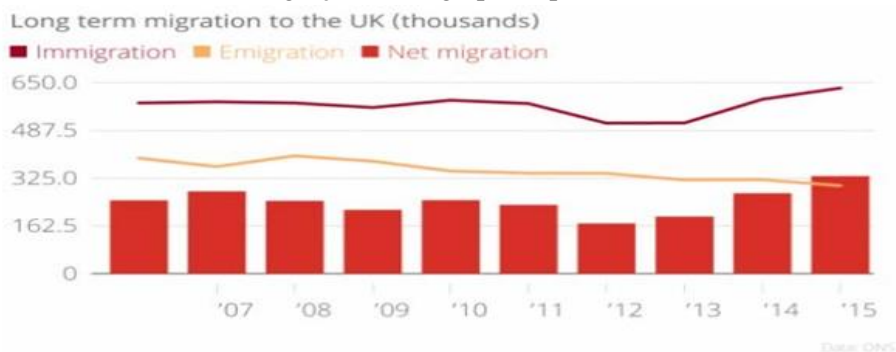
**Gráfico 1:** Preços médios da moradia no Reino Unido – Libras Esterlinas



Fonte: YEUNG, P. in *The Independent* (2016)

As taxas de migração foram mais controladas nos primeiros anos de seu mandato, porém, voltaram a subir, como visível no Gráfico 2 abaixo.

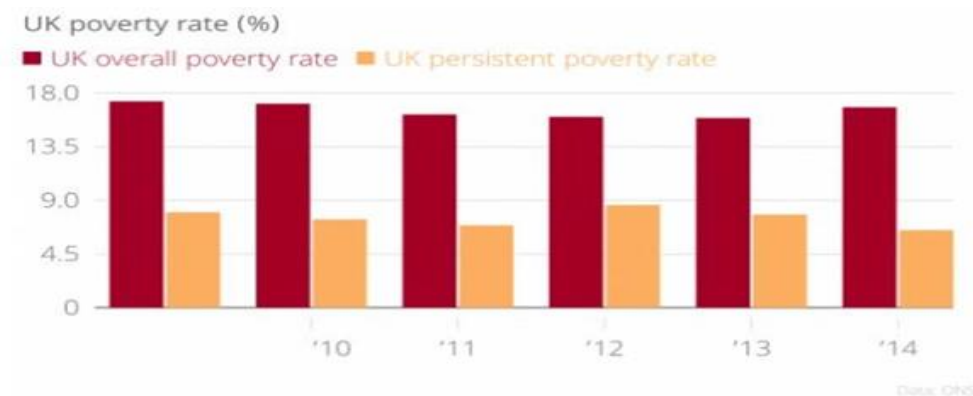
**Gráfico 2:** Migração de longo prazo para o Reino Unido



Fonte: YEUNG, P. in *The Independent* (2016)

Apesar de Yeung esclarecer que há alguns pontos complexos a serem considerados quando se fala na medição da pobreza, o autor observa que as taxas globais apresentam uma tendência geral de queda, mostrando ligeiro aumento em 2014, enquanto que a pobreza persistente apresenta um ligeiro decréscimo. A pobreza absoluta não foi computada pelo estudo, conforme observado no Gráfico 3.

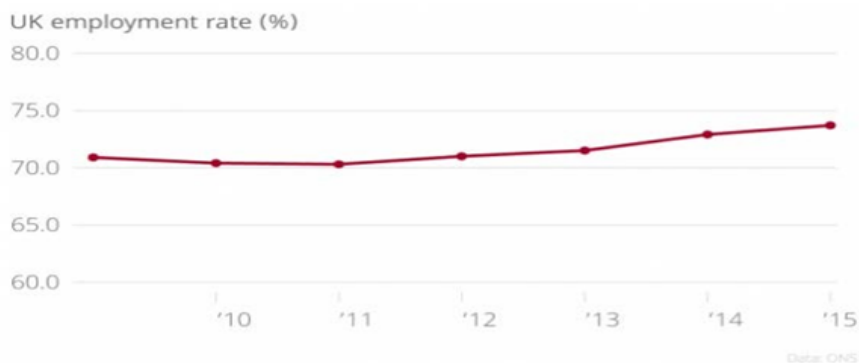
**Gráfico 3:** Taxa de pobreza no Reino Unido (%)



Fonte: YEUNG, P. in *The Independent* (2016)

O número de empregos, desde 2010, também apresentou um ligeiro aumento, como visível no Gráfico 4:

**Gráfico 4:** Empregabilidade (%)



Fonte: YEUNG, P. in *The Independent* (2016)

Além dessas variáveis, os estudos apresentados no *The Independent* (2016) apontam também para uma observável deflação a partir de 2013, para o aumento crescente da dificuldade de acesso à moradia, para um *boom* no número de crimes declarados como de ódio, entre outros.

Como aponta Harvey (2005), a disseminação global do neoliberalismo como sistema econômico dissemina, concomitantemente, a possibilidade da crise social trazida pelo modelo. A análise do histórico majoritariamente neoliberal e conservador-liberal do Reino Unido nas últimas décadas abre a possibilidade para compreender a crise social observada no

país e refletida nos dados trazidos por este estudo como uma consequência, entre outros fatores, do próprio modelo econômico adotado.

Há, portanto, uma relativização dos fundamentos da crise e do discurso sobre a crise a partir do momento em que se entende que parte dos pontos de descontentamento popular, principalmente os ligados à segurança social, e, inclusive às dinâmicas de migração, associam-se a grande diminuição do papel do Estado após as políticas keynesianas, não estando diretamente ligados à permanência ou ao desligamento do país ao bloco econômico.

Assim, percebe-se que a conjuntura social e econômica do Reino Unido, aliada ao discurso das lideranças políticas conservadoras dos países, que enfatizavam uma ideia distorcida sobre o papel da mão de obra estrangeira, conduziram o voto pelo sim no referendo. Christian Dustmann, em entrevista para DW, diz que houve falta de racionalidade por parte da população britânica na escolha pela saída da UE. Dustmann salienta que o maior descontentamento da população britânica se refere à mobilidade intrabloco e não a imigração dos refugiados sírios para o continente (WAGENER, 2016). Logo, o plebiscito se amparou no argumento de que há uma falta de controle da imigração intra-bloco, e isso estaria comprometendo a segurança, sobretudo, a econômica, dos cidadãos britânicos, já que esses imigrantes ocupariam as vagas de trabalho dos nacionais britânicos.

Assim, pode-se perceber que a imigração como um problema securitário foi utilizada no discurso legitimador do Brexit, perpassando pelo setor societal, político e, ainda, econômico. Há uma clara preocupação com relação ao acesso dos recursos do país pelos cidadãos do Reino Unido, no caso o trabalho e os direitos sociais em geral, e como a mobilidade de pessoas no interior do bloco poderiam impactar essa distribuição, lembrando que “a imagem da imigração enquanto “invasão” é criada pelos políticos, que securitiza a imigração como ameaça à soberania dos Estados e requer ações dos Governos no controle da entrada de indivíduos” (VELASCO, 2011, p.19).

A partir deste panorama político, social e econômico no Reino Unido, apresentar-se-á, na próxima seção, a argumentação da campanha dos defensores *Vote Leave* e como os seus líderes se utilizaram da concepção segurança-imigração para embasar e legitimar a sua análise.

### **3. A campanha *Vote Leave* e o problema imigratório como discurso legitimador para o Brexit**

O contexto explanado nas seções anteriores, foi crucial para a criação de elementos aglutinadores entre a sociedade civil e os partidos políticos britânicos. Este movimento se

organizou por meio do lançamento da campanha “*Vote Leave*” (vote na saída). Assim, aqui serão expostos os argumentos centrais dos defensores da saída do Reino Unido da União Europeia, por meio de uma análise dos discursos de políticos britânicos que se envolveram de maneira mais assertiva na campanha do *Brexit*, bem como a disseminação dessas ideias foram expostas no site oficial da campanha.

A campanha “*Vote Leave*” foi criada em outubro de 2015 e inclui diversos partidos membros do parlamento britânico e entidades civis. As principais alas envolvidas na campanha são políticos do Partido Conservador, do *Labour Party* (Partido dos Trabalhadores), do *UK Independence Party* (UKIP) (Partido de Independência do Reino Unido), e grupos da sociedade civil, como *Business for Britain* (Negócios para o Reino Unido), *Farmers for Britain* (Agricultores para o Reino Unido) e *Students for Britain* (Estudantes para o Reino Unido) (KUENSSBERG, 2015). A escolha desses grupos se justifica pelo fato destes partidos políticos ocuparem boa parte do parlamento do Reino Unido e exercerem forte influência na mediação dos debates atuais na sociedade britânica.

Conforme observado, o resultado da expansão da União Europeia para o leste europeu aumentou ainda mais os fluxos migratórios no continente. Este fator, associado ao advento da crise dos refugiados na Europa e ao terrorismo islâmico, acentuou as contradições sociais e econômicas no Reino Unido; contexto este que possibilitou que o debate em torno da questão migratória estivesse no centro das discussões sobre a permanência do país no bloco europeu e, sobretudo, nas respostas que o Reino Unido deveria dar frente a estes novos desafios.

Sobre este tema, Nigel Farage, um dos políticos mais influentes do UKIP e membro do parlamento europeu desde 1999 proferiu o seguinte discurso em março de 2015:

[...] cometemos um grande erro quando abrimos incondicionalmente nossas portas para dez antigos países comunistas [...] hoje em dia, 77% da população britânica quer que nós assumimos o controle de nossas fronteiras novamente, e somente o UKIP ofereceu propostas concretas e uma solução positiva para este problema, no entanto, não poderemos executar uma política de gestão migratória concreta se nos mantivermos na União Europeia e tendo nossas portas abertas para mais de 500 milhões de pessoas (BBC-NEWS 2017a) (Tradução dos autores).

As razões expostas por Farage se referem ao fato do Reino Unido ter registrado no ano de 2015 um número recorde de imigrantes em seu país (ver gráfico 2). Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a migração líquida chegou a cerca de 330.000 pessoas (TRAVIS, 2015). Sob este contexto, Somerville (2016) aponta que o crescimento do partido UKIP não

foi apenas impulsionado pelo aumento das preocupações ligadas às questões econômicas da União Europeia, mas principalmente pela preocupação de parte da população britânica acerca da imigração. Esta agenda obteve ainda maior relevância no contexto político e social do Reino Unido principalmente a partir do aumento substancial de pedidos de refúgio registrados nos anos de 1999-2003 e um aumento considerável na migração europeia a partir de 2004.

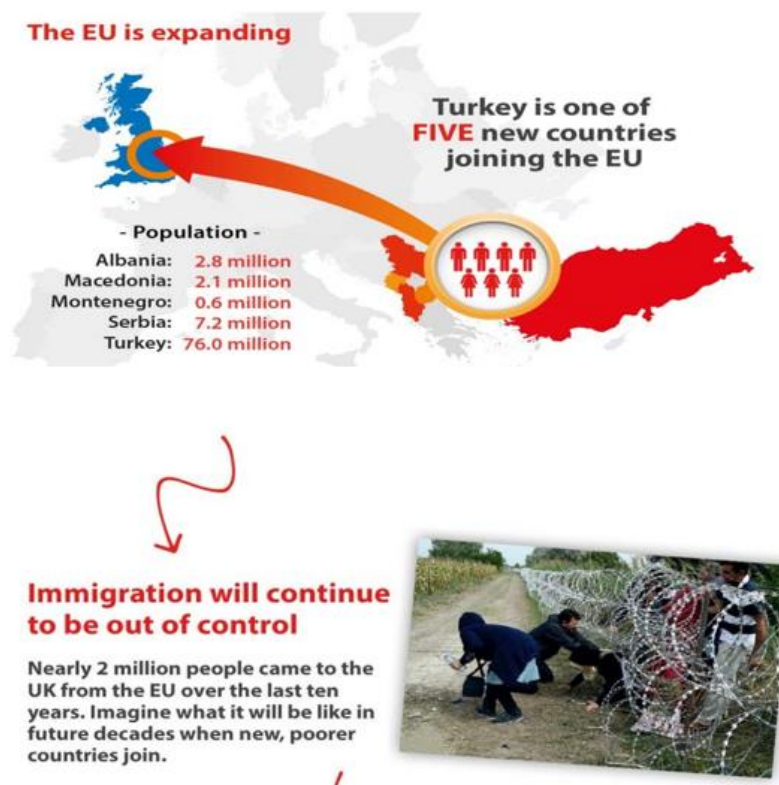
Neste sentido, pesquisas de opinião demonstram que os apoiadores do UKIP defendem a adoção de medidas mais severas anti-imigração. O estudo demonstra que cerca de 70% dos apoiadores do UKIP identificam a imigração como a questão atual mais importante para o Reino Unido, em comparação com 45% dos eleitores do Partido Conservador e cerca de 25% dos apoiadores do Partido dos Trabalhadores (SOMERVILLE, 2016). Dessa maneira, a elite política desses partidos se utiliza de discursos fortes no tocante à imigração, para convencer um número ainda maior de eleitores que apoiam medidas restritivas aos movimentos migratórios e angariar mais votos ao seus partidos.

Outro ponto central na campanha dos favoráveis ao Brexit se apresentou a partir da possibilidade de alargamento da União Europeia; condição que acentuaria ainda mais os problemas relacionados à imigração. Segundo os argumentos publicados no site *voteleavetakecontrol.org*, a oportunidade de entrada de países como Macedônia, Montenegro, Sérvia, Albânia e, principalmente, Turquia no bloco europeu ocidental poderia aumentar consideravelmente os impostos que o Reino Unido paga à UE e, isto posto, comprometeria ainda mais a renda dos contribuintes britânicos - acelerando o cenário de crise econômica visto na seção anterior.

Além disso, a condição de menor desenvolvimento desses “novos” países acentuaria ainda mais a imigração “não-qualificada” para Grã-Bretanha (figura 1.1). Boris Johnson, atual ministro das Relações Exteriores do Reino Unido e um dos líderes do movimento *Brexit*, ao se referir sobre a expansão da UE ponderou que: “*Napoleon, Hitler, various people tried this out, and it ends tragically. The EU is an attempt to do this by different methods*” (BBC-NEWS 2017).

A figura 1.1 se refere às consequências de uma possível expansão da União Europeia, o título diz “A expansão da UE – A Turquia é um dos cinco novos países que irão se juntar” e logo abaixo segue “A imigração continuará fora de controle = cerca de 2 milhões de pessoas da UE chegaram ao Reino Unido nos últimos dez anos. Imagine como será nas próximos décadas quando novos e países mais pobres irão se juntar”.

**Figura I:** “A expansão da UE – A Turquia é um dos cinco novos países que irão se juntar”



Fonte: [voteleavetakecontrol.org/](http://voteleavetakecontrol.org/) (2017)

Observa-se na figura acima que o destaque dado às origens das populações e as condições econômicas desses países são tratados como um problema social que já se reflete na UE e que se acentuará ainda mais nos próximos anos, caso o Reino Unido continue no bloco europeu. A representatividade dessas imagens e o tom do discurso utilizado demonstram à população britânica que a Grã-Bretanha necessita revitalizar a sua soberania, por meio de um controle mais efetivo de suas fronteiras e de um processo de recuperação de políticas mais protecionistas no que tange às questões de seus fluxos migratórias.

### **Considerações finais**

As (i)migrações fazem parte da história da humanidade. No entanto, com o advento dos Estados Nacionais no cenário internacional e a consequente proteção das fronteiras e da soberania estatal, os movimentos migratórios passaram a ser regulados e limitados de acordo com os interesses desses Estados. No caso da Europa, que inicialmente foi responsável pela origem de fluxos migratórios, com o passar dos séculos se tornou uma região de destino para um grande número de imigrantes.



Neste contexto, a imigração na Europa se acentuou consideravelmente nas últimas décadas, cuja trajetória associada ao advento do terrorismo, a crise dos refugiados e a expansão da União Europeia aumentaram as contradições sociais e políticas do Reino Unido, na medida em que o terrorismo e a crise dos refugiados sírios têm fortalecido essa visão e corroborado com a construção de narrativas sobre a relação imigração-segurança. Assim, esta nova realidade foi aparelhada por um discurso de securitização da imigração, a partir da percepção de que a questão migratória era uma ameaça aos valores culturais, políticos e sociais da Grã-Bretanha.

Por outro lado, os defensores da saída do Reino Unido da UE embasam a sua argumentação na ideia de que os imigrantes estão usurpando o lugar dos cidadãos britânicos nas vagas de trabalho no país, alicerçados por uma narrativa de descontentamento da população britânica com a situação socioeconômica do Reino Unido. Neste sentido, revela-se a relação entre a imigração no país e as políticas macroeconômicas adotadas pelo país no escopo da UE.

Posto isso, fica clara que a concepção setorial de Buzan (1983) sobre segurança permite compreender como esses grupos constroem e fortalecem os seus discursos de securitização sobre a imigração e como essas sociedades têm respondido a eles. No caso da sociedade britânica, pode-se observar que a imigração é absorvida como uma das causas da precarização nas condições de vida da população no país e necessita de maior controle por parte do aparato estatal. O resultado do referendo de junho de 2016, que culminou com 52% dos votos favoráveis à saída do Reino Unido do bloco econômico, pode demonstrar a força que essa narrativa adquiriu no país, conduzindo a uma conformação de grupos sociais à optarem por medidas mais conservadoras e protecionistas.

Paradoxalmente, revela-se uma dicotomia de debate ao preceito basilar de blocos regionais como a UE, que objetiva a integração regional e a livre circulação de pessoas. Ademais, em organizações supranacionais como a Europeia, os Estados cedem parte de sua soberania em prol da comunidade de nações que a compõe, objetivando-se, que gradualmente as fronteiras intra-bloco se tornem cada vez mais porosas e fluidas. Assim, é importante ressaltar que estas condições apresentadas reúnem, em grande parte, a *raison d'être* da UE, o que acaba por incentivar os movimentos migratórios. Ou seja, adotar um discurso anti-imigração, em alguma medida, compromete os próprios preceitos de desenvolvimento e expansão da União Europeia enquanto bloco, organização e comunidade.

Desse modo, a utilização do discurso securitizante sobre a imigração na campanha *Vote Leave* possibilita interpretar a (re)emergência de movimentos similares no continente

Europeu, e em outras partes do mundo. Um exemplo claro dessa trajetória foi a eleição do atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que se adotou uma retórica similar em relação aos fluxos migratórios oriundos de países latinos e de maioria muçulmana. No tocante a UE, o segundo turno das eleições da França também pode ser considerado um exemplo deste fenômeno: A votação expressiva da candidata eurocética, Marine Le Pen, representa neste sentido, a insatisfação de boa parte da população francesa com a condução das políticas adotadas pelo bloco no que tange à imigração e à economia. Esta nova realidade pode ser considerada no aprimoramento de estudos futuros sobre a temática migratória, bem como a possibilidade de continuação desta pesquisa.

## Referências

- ALBRECHT, Hans-Jörg. (2002) *Fortress Europe? Controlling Illegal Immigration*. **European Journal of Crime, Criminal Law and Criminal Justice**, 10 (1): 1-22.
- BBC-NEWS (2017) **EU Referendum: Boris Johnson stands by Hitler EU comparison**. Publicado em: [bbc.com \[http://www.bbc.com/news/uk-politics-eu-referendum-36295208\]](http://www.bbc.com/news/uk-politics-eu-referendum-36295208) Disponibilidade: 10/07/2017
- BBC-NEWS (2017a) **Nigel Farage outlines UKIP immigration policies**. Publicado em: [bbc.com. \[http://www.bbc.com/news/av/uk-politics-31729647/live-nigel-farage-outlines-ukip-immigration-policies\]](http://www.bbc.com/news/av/uk-politics-31729647/live-nigel-farage-outlines-ukip-immigration-policies). Disponibilidade: 10/07/2017
- BUZAN, Barry (1983). **People, State, and Fear: An Agenda for International Security Studies in the post cold War**. Wheatsheaf Books LTD: Brighton, Sussex.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. (2012) **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Ed. Unesp.
- CONSEJO EUROPEO. (1999) **Conclusiones de la Presidencia**. Consejo Europeo de Tampere, 15 y 16 de octubre de 1999.
- DUQUE, Marina Guedes (2009). O Papel de Síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, 31 (3): 459-501.
- EUR-Lex: Access to European Union law. (2009) **Programa de Haia: 10 prioridades para os próximos cinco anos**. Publicado em: [eur-lex.europa.eu \[http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV%3A116002\]](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV%3A116002). Disponibilidade: 14/06/2016.
- FERREIRA, Susana Raquel de Souza. (2010) **A Política de Imigração Europeia: Instrumento de luta anti-terrorista?**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (orientadores Teresa Rodrigues e Ana Sofia Pinto).
- HARVEY, David. (2005) **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford University Press, New York.
- KUENSSBERG, Laura. (2016) **EU referendum:: New 'exit' group launches its campaign**. 2015. Publicado em: [bbc.com \[http://www.bbc.com/news/uk-politics-34482936\]](http://www.bbc.com/news/uk-politics-34482936). Disponibilidade: 13/06/2017.

MARTINEZ, Vinício C. (2006) Estado Moderno ou Estado de Direito Capitalista. **Estudos de Sociologia**, 11 (21): 143-59.

ONU-BR. (2016) **Cinco anos de conflito na Síria: crise de refugiados e deslocados clama por solidariedade**. 2016. Publicado em: [nacoesunidas.org \[https://nacoesunidas.org/cinco-anos-de-conflito-na-siria-crise-de-refugiados-e-deslocados-clama-por-solidariedade/\]](https://nacoesunidas.org/cinco-anos-de-conflito-na-siria-crise-de-refugiados-e-deslocados-clama-por-solidariedade/)  
Disponibilidade: 15/07/2017.

PAPADEMETRIOU, Demetrios G.. (2008) Gerir melhor as migrações internacionais: princípios e perspectivas para maximizar os benefícios das migrações. In: PAPADEMETRIOU, Demetrios G.. **A Europa e os seus Imigrantes no Século XXI**. Lisboa: Fundação Luso-americana para o desenvolvimento. Cap. 1.

SOMERVILLE, Will. (2016) **Brexit: The Role of Migration in the Upcoming EU Referendum**. 2016. Publicado em: [migrationpolicy.org \[http://www.migrationpolicy.org/article/brexit-role-migration-upcoming-eu-referendum\]](http://www.migrationpolicy.org/article/brexit-role-migration-upcoming-eu-referendum).  
Disponibilidade: 14/06/2017.

TRAVIS, Alan. (2015) **Net migration to UK hits record high of 330,000**. Publicado em: [theguardian.com \[https://www.theguardian.com/uk-news/2015/aug/27/net-migration-predicted-to-hit-record-level\]](https://www.theguardian.com/uk-news/2015/aug/27/net-migration-predicted-to-hit-record-level). Disponibilidade 15/06/2017.

VELASCO, Suzana de Souza Lima. (2011) **A imigração na União Europeia: Uma leitura crítica a partir do nexó entre securitização, cidadania e identidade transnacional**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (orientadora Carolina Moulin Aguiar).

WAEVER, O. (1995) Securitization and De-Securitization. In: Lipschutz, R.D. ed. and Waever, O. *et al.* (1993) In: **Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe**. New York, St. Martin's Press.

WAEVER, Ole; BUZAN, Barry; WILDER, Jaap. (1998) **Security: A New Framework for Analysis**. Londres, Lynne Rienner Publishers.

WAGENER, VOLKER (2016) **Resultado do Referendo refletiu emoções alimentadas por mentiras**. Publicado em: [cartacapital.com.br \[http://www.cartacapital.com.br/internacional/resultado-do-referendo-refletiu-emocoes-alimentadas-por-mentiras.\]](http://www.cartacapital.com.br/internacional/resultado-do-referendo-refletiu-emocoes-alimentadas-por-mentiras) Disponibilidade: 10/07/2016.

WHEELER, Brian. (2016) **David Cameron, o primeiro-ministro que perdeu tudo ao apostar contra os eurocêntricos**. Publicado em: [bbc.com \[http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36625169\]](http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36625169). Disponibilidade: 16/07/2017.

YEUNG, P. (2016) **David Cameron resigns: The Prime Minister's legacy in 10 charts**. Publicado em: [independent.co.uk \[http://www.independent.co.uk/news/uk/politics/david-cameron-resigns-legacy-prime-minister-conservative-tory-a7132446.html\]](http://www.independent.co.uk/news/uk/politics/david-cameron-resigns-legacy-prime-minister-conservative-tory-a7132446.html). Disponibilidade: 16/07/2016.